

A realidade contemporânea à luz da análise marxista¹

Louis Gill

Economista, Professor aposentado da Universidade do Québec em Montreal

Resumo:

Partindo das idéias de base da teoria de Marx e de sua aplicação à análise do capitalismo contemporâneo, é analisada a crise atual desse sistema mundial através da teoria da moeda e do capital fictício de Marx e da idéia de uma hipertrofia das finanças e do apelo desesperado de certos setores à um “novo Bretton Woods”, para concluir negando a validade de um prognóstico positivo e otimista no que concerne ao novo governo de Obama nos Estados Unidos no sentido de atacar as raízes da crise.

Idéias de base para uma análise marxista

Uma breve retomada dos fundamentos da análise apresentada por Marx nos primeiros capítulos de *O Capital* se impõe. O Livro I foi publicado em 1867, a partir dos conceitos de mercadoria, valor, dinheiro e capital. Toda sociedade produz bens úteis para seu consumo imediato, para a constituição de reservas a serem consumidas no futuro ou para aumentar sua capacidade produtiva. Estabelece assim uma divisão do trabalho social. Nas sociedades mercantis, das quais a sociedade capitalista constitui o desenvolvimento generalizado, tais bens úteis ou valores de uso, como o Marx os conceitua, tomam a forma de mercadorias que são distribuídas no interior da sociedade, como o trabalho que as produz, através das trocas, quer dizer, do mercado.

Para que essa troca tenha lugar entre mercadorias com valores de uso desiguais, é preciso que elas sejam comparáveis a partir de uma relação. De qualidades distintas, elas devem ser

¹ Tradução de Jorge Nóvoa.

quantitativamente iguais. Diferentes no plano de valores de uso, elas devem ser iguais no que se refere aos seus valores de troca. A medida desses valores de troca, ou valor, é o tempo de trabalho socialmente necessário à sua produção. Todas as mercadorias exprimem seu valor através de um equivalente geral que é a moeda, ou o dinheiro.

A troca através do dinheiro é representada por Marx pela fórmula M-D-M (mercadoria – dinheiro – mercadoria). Esta expressão ilumina a função social do dinheiro que não pode ser reduzido a uma simples unidade contábil. A transformação da mercadoria em dinheiro e sua venda numa sociedade na qual a produção é o resultado de um conjunto de decisões individuais privadas, coordenadas por um único mercado, é a demonstração de que a decisão de produzi-la tinha fundamento. Ao contrário, a sua não-transformação em dinheiro, o fracasso da venda, demonstra que tal decisão foi infundada, que o trabalho investido nessa atividade não era socialmente necessário e deveria ser reorientado para outra atividade. Na sociedade mercantil, os trabalhos privados não são imediatamente trabalhos socialmente válidos. Para sê-lo é preciso que as mercadorias que são o fruto suportem com sucesso a prova do mercado e que se transformem em dinheiro.

Na fórmula de troca simples M-D-M que significa *vender para comprar* (M-D seguida de D-M) e que caracteriza a produção mercantil em geral, *o dinheiro com tal* serve apenas como intermediário das mercadorias. O objetivo da operação é o consumo final do valor de uso. O dinheiro é apenas despendido. A produção capitalista - que é a generalização da produção mercantil, se caracteriza por outra função no que concerne ao dinheiro: aquela do *dinheiro como capital*, representada pela expressão D-M-D' e que significa *comprar para vender mais caro* (D-M seguido por M-D', onde D' é maior que D). Aqui o dinheiro

é apenas avançado e deve voltar com uma quantidade superior. A finalidade da operação é a *conservação e o aumento do valor*.

Como capital, o dinheiro só pode ter um movimento quantitativo tendendo a se multiplicar sem limite. O capital é a expressão desse movimento ininterrupto de valorização, de perseguição do enriquecimento sem fim, do enriquecimento como fim em si mesmo. Em relação a esse movimento objetivo do capital, o capitalista como indivíduo não tem existência social salvo como aquela da personificação do capital. Seu comportamento subjetivo é inteiramente condicionado pelo movimento objetivo do capital. É um simples agente do capital, cuja razão de ser é de fazê-lo crescer.

Acumulação sem limites na origem da crise ecológica

Já no começo do jogo, este resultado que se extrai das noções de base as mais elementares tiradas dos primeiros capítulos de *O Capital* iluminam um dos problemas mais cruciais de nossa época, aquele da crise ecológica. A corrida ao abismo na qual a humanidade se acha engajada, através do hiperconsumo dos recursos até o seu esgotamento e através da destruição do meio ambiente, encontra sua origem nos fundamentos mesmos de um sistema, impulsionado a acumular o capital sem limites. A lógica do sistema capitalista, na qual os desregramentos deitam suas raízes nesses mesmos fundamentos, dá lugar a uma acumulação sem considerar o fim social dos investimentos. Seu único objetivo é a realização do rendimento visado e mais particularmente ainda, com a virada neoliberal dos 25 últimos anos, do rendimento a curto prazo.²

²Cf. François CHESNAIS, **Au cœur de la crise planétaire, l'irrationalité fondamentale du capitalisme**, *Carré rouge*, Paris, no 37, novembre 2006. Sobre a questão da crise financeira que explodiu em 2007, que trataremos

No quadro do capitalismo, o trabalho humano interage com a natureza, não como trabalho concreto, produtor de valores de uso, mas como trabalho abstrato, produtor de valores, num processo sem fim de valorização do capital. A produção de valor de uso não tem outra função que a de contribuir para aumentar o valor. Numa palavra, ela não é senão um mal necessário para fazer dinheiro, sem consideração pelas conseqüências. A sociedade é desse modo, impulsionada a se autodestruir como conseqüência de seu funcionamento normal. Como ilustração, veja-se a exploração desenfreada das areias betuminosas de Alberta, promovidas pela arapuca dos lucros petrolíferos. Este fenômeno constitui não apenas o principal obstáculo à contribuição positiva do Canadá à luta mundial necessária contra os gases que produzem o efeito estufa, mas também as incidências negativas gigantescas, banalizadas pelo sistema, sobre o meio ambiente imediato dos campos de exploração.

As crises periódicas como momentos necessários da acumulação

Tão mais inelutável seja, o processo de acumulação sem limites do capital não é nada harmonioso. Muito pelo contrário, fruto de sua própria dinâmica, ele é rasgado por crises periódicas que são momentos necessários da acumulação e não resultado de uma má administração da economia. As crises, revela a análise marxista, são de uma só vez inevitáveis e indispensáveis. *Inevitáveis*, como conseqüência da tendência à queda da taxa de lucro, ela mesma tendo origem nos esforços permanentes para aumentar a produtividade do trabalho e a produção material de valores de uso e a limitação

mais adiante no presente artigo, ver também, do mesmo autor Sur la portée et le cheminement de la crise financière, *Carré rouge – La brèche*, Paris et Lausanne, no 1, décembre 2007 – janvier – février 2008.

simultânea da capacidade de produção de valores. *Indispensáveis* em função dos seus papéis de limpeza, de destruição de valores e de restabelecimento das condições necessárias à retomada.

Após a profunda crise de 1929, e a longa depressão dos anos 1930, à qual somente a II Guerra Mundial (1939-1945) colocou um fim, as economias capitalistas procuraram superar os limites dos mecanismos de mercado e à sua inaptidão para assegurar um crescimento sustentado recorrendo à intervenção do Estado, especialmente para o desenvolvimento dos serviços públicos, a redistribuição da renda, a sustentação da demanda global e do emprego, o apoio direto a empresas privadas, a nacionalização de empresas existentes ou a criação de empresas estatais novas, a regulamentação e o controle de atividade econômica privada.

Os trinta anos que se seguiram à II Guerra Mundial, foram anos de generalização da utilização destes instrumentos associado ao nome do economista britânico John Maynard Keynes, que havia sido seu protagonista, durante a depressão dos anos 1930. A reconstrução das economias destruídas pela guerra e os resultados econômicos favoráveis obtidos até os finais dos anos 1960, deram crédito à bem fundada intervenção econômica do Estado e às despesas públicas como meio de sustentar o crescimento e o emprego. Esses resultados se colocaram a favor da política econômica ela mesma, e consideraram-se as crises econômicas como um fenômeno terminado, que não poderia mais persistir na pior hipótese que sob a forma atenuada de recessão.

A partir dos finais dos anos 1960, nos termos de um período de um pouco mais de duas décadas de um crescimento econômico regular, atribuído ao sucesso da política econômica keynesiana, se viu aparecer dificuldades para as quais os instrumentos keynesianos se mostravam impotentes para superar. O agravamento dessas dificuldades no curso dos anos 1970, que culminaram na crise de 1975/76, favoreceu

a expressão de uma crítica cada vez mais severa da política keynesiana abrindo a via ao retorno com força do liberalismo econômico. Uma mudança se aprofundou no início dos anos 1980 sob a presidência de Ronald Reagan, nos Estados Unidos, e do governo Margareth Thatcher na Grã-Bretanha, generalizando-se rapidamente no conjunto dos países capitalistas industrializados. Privatização, desregulamentação, cortes orçamentários, redução do tamanho do governo, tarifação de serviços públicos, rentabilidade, retorno ao livre jogo das forças do mercado, fiscalização favorável aos investimentos privados, tornaram-se a partir de então as palavras-chave em nome das quais foi aplicada a nova política econômica.

Por que esta mudança tão radical de fase? Como explicar essa declaração de guerra contra uma intervenção do Estado na economia, que havia até então sido julgada salutar? Para a análise marxista, a primeira questão a esclarecer, é aquela do papel do setor público em uma economia, cujo fundamento permanece a atividade privada rentável. Trata-se, portanto, de apreciar corretamente a natureza das despesas públicas não de um ponto de vista geral, mas do ponto de vista daquilo que guia a tomada de decisão e o funcionamento da economia inteira na sociedade capitalista, a saber, o lucro.

Fundamentos de desmantelamento do Estado

Na sociedade capitalista, como já vimos, a atividade econômica privada deve ser necessariamente rentável, caso contrário ela não tem lugar. O dinheiro adiantado pelas empresas em salários ou para compra de bens de produção deve voltar aumentado de um lucro. A despesa (privada) assim efetuada foi *produtiva*. Ela se revelou justificada na medida em que ela gerou um lucro. Uma parte desse lucro será reinvestida e voltará a se juntar ao capital existente; o capital acumulado terá aumentado. Este é o curso normal das coisas numa economia capitalista onde a atividade econômica só

tem lugar na medida em que é rentável para o capital. O termo “produtivo” em economia capitalista é sinônimo de “produtivo de lucro”. Não é sinônimo, pois de “produtivo de bens em geral”.

A partir do momento em que o Estado intervém como agente econômico, o caráter produtivo ou improdutivo de suas atividades só pode ser considerado em função desta mesma norma. A intervenção do Estado não muda em nada a natureza da economia de mercado que permanece fundada no lucro. Ela é motivada pela necessidade de completar os empreendimentos privados e de lhes oferecer um apoio cujo objetivo é o seu desenvolvimento frutífero. A atividade estatal é, portanto, produtiva se ela estimula o lucro em geral e favorece a acumulação do capital. Caso contrário torna-se improdutivo e constitui assim, um fardo para o capital que, mais cedo ou mais tarde, procurará reduzi-la, modelando seu funcionamento à partir da empresa privada ou buscando privatizá-la.

As despesas públicas como as privadas devem, portanto ser apreciadas a partir do papel que desempenham na produção do lucro. Nenhum critério moral pode guiar a análise nesse momento. Por mais que seja justa e necessária esta ou aquela despesa do Estado em função de um ponto de vista das necessidades sociais, por mais que estas despesas sejam “produtivas” respondendo a uma necessidade social, não se segue daí de forma alguma, que ela seja produtiva para o capital. Para além dos critérios morais a análise deve desvendar o que é necessário e inevitável não de um ponto de vista da sociedade em geral, mas daquele da sociedade particular na qual vivemos, ou seja, a sociedade capitalista fundada sobre a propriedade privada e o lucro.

As atividades do estado e as despesas que lhe são inerentes não são uniformes. Suas incidências sobre a acumulação do capital são diversas. Algumas são assimiláveis às atividades do setor privado e podem em certos ramos se achar em concorrência direta com elas. Obedecem aos mesmos imperativos e

seus produtos têm o mesmo destino, a saber, o escoamento no mercado com preços que assegurem a rentabilidade da operação. Os fundos que são assim investidos foram despendidos como capital com vistas a lucratividade. Uma fração do capital social global se encontra assim administrada pelo Estado, constituída em “capital público” coexistindo com o capital privado e, em último caso, lhe fazendo concorrência. As despesas públicas engajadas em atividades deste tipo têm por objetivo de fazer frutificar o capital. Elas são *despesas produtivas*.

Outras atividades do Estado não são assimiláveis às atividades do setor privado. Seus “produtos” não são destinados a serem escoados no mercado. Obedecem a critérios que não são aqueles do lucro. As somas engajadas para financiá-las não são adiantadas como sendo do capital, com vistas à lucratividade, mas são despesas oriundas das rendas do Estado, provenientes dos impostos ou dos empréstimos. São *despesas improdutivas*. Em vista do fato de que essas atividades escapam aos critérios da rentabilidade privada, seus produtos são destinados ao *consumo público*. Contrariamente aos produtos de *consumo privado* - os quais têm acesso restrito a estes ou aqueles que podem pagar o preço que assegura a rentabilidade da atividade, os produtos de consumo público são acessíveis a todos, independentemente de suas rendas. É o caso, por exemplo, dos serviços de saúde e educação oferecidos pelas redes públicas. As atividades do Estado podem, portanto, ser reagrupadas em duas grandes categorias:

- as atividades *produtivas*, nas quais as somas engajadas são avançadas como *capital* e cujo produto é destinado ao *consumo privado* (rentável);
- as atividades *improdutivas*, nas quais as somas engajadas são despendidas a partir de recursos do Estado, cujo produto é destinado ao consumo público.

Esta distinção entre atividades produtivas e improdutivas serve de guia à análise de diversas atividades econômicas do Estado que podem ser reagrupadas sob as rubricas seguintes:

- atividades industriais, comerciais e financeiras;
- administração pública geral;
- trabalhos públicos.

No caso de um estado soberano é preciso juntar a Defesa Nacional. Quando o Estado intervém em atividades (industriais, comerciais e financeiras) oriundas habitualmente do setor privado, os fundos investidos acham-se engajados, como os fundos do setor privado, com vistas a lucratividade, quer dizer como capital. O capital privado o vê como um intruso que o expropria de uma parte do controle que ele queria exercer sozinho sobre a totalidade do capital, como um concorrente, além disso, desleal na medida em que se utiliza do apoio do Estado, que garante sua existência.

As atividades que são oriundas da administração pública em geral têm uma característica comum. Sua existência não está fundada na sua rentabilidade. Elas são motivadas por objetivos sociais e pela necessidade do funcionamento do aparelho governamental. Elas reagrupam:

1. os serviços públicos: educação, saúde, serviços sociais, transportes em comum, lazer, cultura, etc.
2. a administração pública em sentido estrito: gestão do aparelho administrativo governamental, do aparelho judiciário, da segurança pública, etc.
3. as atividades de redistribuição efetuadas através de diversos tipos "transferências": assistência ao desemprego, assistência social, indenização por acidentes de trabalho, aposentadorias, etc.

O Estado engaja na sua realização despesas que são financiadas por suas rendas e por seus empréstimos, se as despesas excedem as rendas. As normas de eficácia do setor privado tendem a ser

transpostas para a gestão do setor público. Busca-se o aumento da produtividade. Como no setor privado, os administradores públicos visam aumentar o rendimento do trabalho, reduzir os salários, a diminuir os números de postos regulares e os substituir por outros de tempo parcial, a recorrer aos contratos precários e temporários. Todos esses meios contribuem para reduzir as despesas, mas não tornam essas atividades rentáveis no sentido de que elas não produzem lucro. Na melhor das hipóteses, a redução das despesas públicas libera somas para outros usos, ou tornam possível uma redução dos impostos.

A administração pública em geral, portanto, produz despesas improdutivas, no sentido já esclarecido desse termo, quer dizer, improdutivas para o capital. Os fundos engajados para financiá-las não são despendidos como capital com vistas à sua frutificação. Os resultados não são produtos que devem ser vendidos no mercado como produtos de consumo privado rentável. Eles são destinados ao que foi definido como consumo público.

O terceiro campo de intervenção do Estado é aquele das obras públicas, que compreendem as atividades de construção, de reparação e de manutenção de rodovias, pontes, portos, aeroportos, vias navegáveis, estradas de ferro, esgotos, aquedutos, sistemas de tratamento das águas, iluminação de ruas, limpeza pública, etc. A construção das infra-estruturas é geralmente induzida pelo Estado, quer dizer, comandada pelo Estado, por via de contratação de uma empresa privada e financiada por ele a partir de recursos públicos ou como indica a tendência atual, através de parcerias entre o público e o privado (PPP). Sua manutenção e sua administração foram e permanecem numa larga medida realizadas pelo Estado, mas adquiriram, entretanto a tendência a serem confiadas em proporções crescentes à empresa privada.

Estruturando tais infra-estruturas e engajando recursos para esse fim, o Estado realiza um investimento? Se quisermos dizer por isto que o Estado cria equipamentos socialmente essenciais dos quais poderão se beneficiar as atuais e futuras gerações, podemos certamente, com este sentido, falar de investimento. Em compensação, se compreendemos o termo “investimento”, não mais com seu sentido geral e social, mas com o sentido que é o seu na economia capitalista - aquele de investimento do capital, quer dizer, de investimento cuja finalidade é adquirir lucro, não poderemos mais falar das despesas públicas com infra-estrutura como se tratando de um investimento. Isto porque tal “investimento” é improdutivo para o capital, quer dizer, não é produtor de lucro. Uma vez realizada a produção induzida pelo Estado, como uma nova estrada, por exemplo, é em seguida imediatamente colocada à disposição do público. Como bem de consumo público, ela é de acesso geral e sem custos. O gasto público efetuado para realizá-la não origina, pois, uma renda.

Um investimento produtivo é um investimento que frutifica, que reproduz-se, ele está em condições de “pagar para ele mesmo”, de produzir a partir dele mesmo os recursos necessários ao pagamento de seu custo de aquisição, à sua conservação e ao seu funcionamento e mesmo à sua própria reprodução numa escala superior. Não é o caso da despesa pública vez que ela é improdutiva. O investimento público ao qual ela dá lugar não frutifica. Ele “não paga para ele mesmo”. Sua aquisição, assim como suas despesas correntes de funcionamento, de manutenção e de reparação devem ser financiadas a partir das rendas do Estado que vêm dos impostos e dos empréstimos. Seria evidentemente de outro modo no caso de uma rodovia com pedágio (privada ou pública) se para utilização dela as tarifas fossem estabelecidas de forma a assegurar não apenas o seu autofinanciamento,

mas a rentabilidade de uma despesa que seria assim um investimento no sentido próprio do termo. Estaríamos, então, na presença de um consumo de tipo privado, rentável, e não de um consumo público.

Ouvimos muitas vezes, os governos fazerem, em termos folclóricos, uma distinção no interior de suas despesas. Assim eles denominam despesas de investimento e despesas de “especiarias”, estas últimas sendo as despesas correntes (com os salários dos empregados, notadamente), quando as primeiras designam as despesas de infra-estrutura. No quadro da ofensiva levada a cabo contra o setor público e em primeiro lugar contra seus assalariados, em nome dos objetivos tornados prioritários para realizar o equilíbrio orçamentário e de reduzir a dívida, os porta-vozes governamentais explicam que, se em “teoria econômica saudável” empréstimos são justificados para financiar a aquisição de imobilizações, das quais a vida útil prevista seria equivalente ao período de reembolso, não se saberia emprestar indefinidamente para “pagar as especiarias”, sem colocar em perigo as finanças públicas. Mas este argumento não modifica em nada o fato de que nenhuma das despesas governamentais efetuadas, com vistas a servir ao consumo público não rentável, não é produtiva para o capital. Tais despesas não são menos rentáveis para o capital que as despesas “de investimento”, que as despesas “de especiarias”, o que não retira em nada, fora isso, à pertinência social, nem dos primeiros, nem dos segundos investimentos.

Se as despesas públicas improdutivas não têm, elas mesmas, a qualidade de capital, isto não quer dizer que elas não tenham nenhuma incidência sobre a acumulação do capital. Ao contrário, elas influenciam a acumulação de diversos modos. Inicialmente impulsionando as atividades de produção dos equipamentos de infra-estrutura. Depois, uma vez colocados nos seus lugares esses equipamentos, contribuindo pelo uso que é feito deles à atividade econômica geral. A produção de equipamentos de

infra-estrutura, geralmente comandada pelo Estado à empresa privada, é realizada por ela em função de objetivos de rentabilidade comuns a toda empresa privada. A empresa de construção de rodovias, por exemplo, realiza uma demanda do Estado à condição de que esta atividade lhe seja lucrativa. O Estado se coloca como comprador a um preço que garanta a rentabilidade. A oferta ao consumo público, não rentável, e, deste modo, a despesa pública que permitiu a produção é uma despesa improdutivo. O “investimento” público que resulta é um investimento que não frutifica - como acabamos de ver, mas a despesa efetuada para realizá-lo fornece ao capital privado uma preciosa garantia de lucro. Em suma, a atividade de produção de equipamento material (ou infra-estrutura), induzida pela despesa pública é, graça à garantia estatal, uma atividade privada rentável, produtora de lucro, mesmo se o investimento público que está na sua origem, não é um investimento produtivo de lucro para o Estado.

A intervenção do Estado trazendo seu apoio à atividade privada rentável é, portanto, ao menos, à primeira vista, benéfica para o capital e para a economia em geral que ela estimula o crescimento e contribui para reabsorver o desemprego. Mas este efeito benéfico tem uma pesada contrapartida, na medida em que o investimento público improdutivo “não paga a si mesmo” e que como consequência seus custos de aquisição, de manutenção e de reparação devem ser financiados através de impostos retirados em parte também dos lucros do capital privado. Esta contrapartida acaba por contrabalançar os efeitos benéficos e os remédios se acham estabelecidos são: mais espaço para o investimento privado, mais espaço para o investimento que frutifica, redução da intervenção econômica direta do Estado e das despesas públicas, privatização! As primeiras medidas deste programa são o achatamento das despesas e com ela há o congelamento de projetos de novas infra-estruturas, a redução dos recursos de manutenção e de reparação, tudo levando a uma deterioração gradual dos equipamentos.

Simultaneamente, esforços são empreendidos no sentido de uma tarifação dos serviços que têm por efeito transformar esses bens de consumo público, ao menos parcialmente, se não totalmente, em bens de consumo privado. Por exemplo, a instauração do pedágio nas auto-estradas, faz desta auto-estrada um objeto de consumo parcialmente privado, vez que uma parte dos custos da operação é financiada pelo usuário e a outra pelo Estado. A entrega completa da administração da mesma auto-estrada a uma empresa privada e sua gestão sobre a base estrita da rentabilidade transformam inteiramente essa fração da rede de estradas nacionais em bem de consumo privado para o qual o preço de acesso é estabelecido para que esta atividade seja rentável. A auto-estrada assim privatizada torna-se uma esfera da acumulação do capital privado, tanto quanto a administração privada de um aeroporto como resultado da atribuição de contratos de prestação de serviços de empresas privadas para a manutenção e a reparação das vias públicas, etc., são tantas formas desse movimento que sob a pressão do capital, obriga o recuo do Estado de atividades para as quais ele havia sido chamado a desempenhar um papel determinante.

Não obstante a essencialidade das conquistas sociais e democráticas das organizações sindicais e populares (direito à saúde, aos serviços sociais, à educação, etc.) de que se beneficia o conjunto da população trabalhadora, quer dizer, a esmagadora maioria da população, elas são um obstáculo para o capital, para a produção do lucro, para a acumulação privada, daí a necessidade para o setor privado de recuperar o espaço que lhe foi em qualquer sorte “expropriado” ao longo dos anos, com o espaço crescente apropriado pelo Estado; trata-se, pois de “re-capitalizar” uma economia na qual uma parte cada vez maior passou funcionar escapando às regras do capital, de restabelecer um caráter capitalista a

todo um conjunto de atividades cuja manutenção e a existência deverão depender de sua própria rentabilidade e cujo funcionamento será parte integrante da acumulação de capital.

O conceito marxista de capital fictício

Um componente maior, se não o mais importante, da virada entrevista nos começos dos anos 1980 é a passagem, a favor da liberalização e da desregulamentação de um regime de acumulação internacional no qual o ciclo do capital se desenrola sobre uma base nacional, em um regime propriamente mundial, onde massas de capital volátil desconectados de investimentos na produção se acham a partir de então livres para se deslocar no espaço planetário estritamente em função das necessidades de sua valorização. A principal especificidade deste novo dado é a predominância da finança, o desenvolvimento em grande escala dessa categoria de capital que Marx designava como capital fictício já há 150 anos e do qual ele analisou minuciosamente a natureza no Livro III d'*O Capital*.

O que Marx designou como capital fictício consiste em diversos títulos, tais como as ações emitidas pelas empresas como contrapartida de participações no financiamento de seu capital real, ou nas obrigações emitidas pelas empresas e pelos organismos públicos como contrapartida de empréstimos que lhes são acordados. Tais títulos circulam como mercadorias, na acepção da palavra, num mercado específico, o mercado da finança, distinto do mercado onde se trocam as mercadorias reais. Seus preços flutuam sobre este mercado e são fixados segundo leis que lhe são próprias. Seu movimento autônomo “reforça a ilusão que eles constituem um verdadeiro capital ao lado do capital que eles representam...”³. As transações financeiras, portando sobre títulos, acabam por tornar invisível o processo que está na

³ Karl Marx, *Le Capital*, Livre III, chapitre XXIX, Éditions sociales, Paris, 1970, tome VII, p. 129.

origem dos dividendos e dos interesses que se tornam rendas. “Assim não sobra absolutamente mais vestígio de uma relação qualquer com o processo real de valorização do capital e a idéia de um capital considerado como um autômato capaz de criar valor a partir dele mesmo se torna reforçada.”⁴

O simples fato de que um pedaço de papel permite ao seu detentor de perceber um montante determinado numa data fixada faz parecer este mesmo papel como um capital e o montante de dinheiro ao qual ele dá direito como juros produzidos por esse capital. No limite, a separação entre o capital real e o capital fictício - presumidamente representando por este que se torna autônomo em face daquele – pode ser tão grande como a aparência das coisas traduzidas nos dados do capital financeiro que está em total contradição com a realidade. Como diz Marx, “mesmo uma acumulação de dívidas chega a passar por uma acumulação de capital”.⁵ Melhor dito ainda, os títulos de uma dívida pública, por exemplo, contraídos para compra de bens destruídos pela guerra, por exemplo, continuam a circular mesmo que esses bens não existam mais de sorte que a ruína toma forma do enriquecimento; o capital fictício se incha na medida mesmo onde o capital produtivo se destrói.⁶

Na esfera financeira, o dinheiro parece gerar dinheiro, sem relação com o processo real de produção de valores. Transações na bolsa de valores, portanto, com ações de uma empresa podem produzir um rendimento financeiro superior àquele que essa empresa obtém na esfera real através da

⁴ *Ibidem.*

⁵ Karl Marx, *Le Capital*, Livre III, chapitre XXX, Éditions sociales, Paris, 1970, tome VII, p. 139.

⁶ *Manifestes, thèses et résolutions des quatre premiers congrès de l'Internationale communiste, 1919-1923*, Librairie du travail, Paris, 1934 ; réimpression en fac-similé, Maspero, Paris, 1972, p. 86.

fabricação e da venda de mercadorias. Um aumento brusco do curso da bolsa de valores pode muito bem, por exemplo, se produzir num momento no qual a economia esteja em curso de estagnação. Como fruto das políticas neoliberais, em um mundo em que os mercados financeiros dominam a economia de ponta a ponta, a especulação tende a tornar-se o modo de funcionamento normal da esfera financeira.

Conseqüência de sua própria natureza, o setor financeiro é, além disso, o espaço propício da manipulação e da fraude, o lugar no qual os “iniciados” influenciam as flutuações de valores de títulos para sacar lucros através da mágica da “contabilidade criativa”, resgate de seus próprios títulos por empresas, graças ao endividamento. A explosão da bolha financeira no início dos anos 2000 propiciou um exemplo patente através dos escândalos espetaculares da Enron, World Com, Tyco, etc., que revelaram como a fraude se erigiu em sistema.

O crescimento da bolsa dos anos 1995 a 2000, sem relação com o crescimento real, por sinal muito mais fraco da economia, havia alimentado as ilusões, uma vez mais, quanto ao poder mágico dos mercados financeiros de criarem por seus próprios mecanismos a riqueza. Tais ilusões foram brutalmente contrariadas, uma vez mais, quando aquilo que não era senão uma “bolha financeira” explodiu finalmente em março de 2000 dando forma a uma queda sustentada do curso das bolsas que iria aniquilar em dois anos milhares de bilhões de dólares de ativos financeiros, privando de seus empregos dezenas de milhares de assalariados, arruinando milhões de pequenos investidores e colocando em perigo as aposentadorias que repousavam sobre aplicações que se volatilizaram. Após haver culminado a 11.700 pontos em janeiro de 2000, o índice Dow Jones despencava para 7.800 em julho de 2002, perdendo 33% de seu valor. No curso do mesmo período, o índice Standard and Poor’s 500 perdia 45% de seu valor e o índice NASDAQ de valores tecnológicos, 75% de seu valor.

À medida que se implantava a desregulamentação, vimos desfilar no curso desse período, no conjunto dos setores - mas particularmente naquele das tecnologias de informação e comunicação, uma onda de criação de mega conglomerados resultando de fusões, absorções e de aquisições, muitas vezes a partir de preços claramente superiores ao valor dos ativos adquiridos e em contrapartida de um endividamento massivo.

Todos os desabamentos resultaram das mesmas causas: aquisições em todas as direções com objetivo de eliminar a concorrência, realizadas a partir de preços ultrapassando o valor real dos ativos adquiridos e fonte de um endividamento proibitivo com a expectativa otimista de benefícios que não se deslocaram ao encontro marcado. As conseqüências foram: a falência pura e simples de empresas, seu desmantelamento ou sua salvação *in extremis* através da venda de ativos e de medidas ditas de racionalização, tais como demissões massivas; em todos os casos, eliminação de ativos (de montantes equivalentes à diferença entre o valor muito elevado das aquisições e o valor do mercado num momento da exclusão), a volatilização de bilhões de dólares que revelaram brutalmente seu caráter de capital puramente fictício cujo valor elevado era artificial, empurrado a tais picos pela especulação e pelas práticas fraudulentas.

Entre os picos dos mercados das bolsas atingidos em 2000 e os finais de 2002, a capitalização das bolsas no mundo despencou de 13.350 bilhões de dólares (dos quais a metade era dos Estados Unidos), ou seja, 1,3 vezes o PIB dos Estados Unidos. Isto ilustra o fato de que, entregue a ele mesmo, o capitalismo acaba se auto-devorado por profundas dificuldades que ele busca constantemente superar por meios artificiais, como a criação de massas de capital fictício que desabam em seguida como castelos de cartas.

A importância da crise dos valores tecnológicos em 2000-2002 não deve fazer esquecer que o conjunto do período da mundialização do capital, de aplicações das medidas de liberalização e de desregulação, foi recheada de crises financeiras: a crise mexicana de 1982, seguida da crise da dívida dos países subdesenvolvidos, provocadas pela alta do dólar e das taxas de juros dos Estados Unidos, crise da bolsa de 1987 nos Estados Unidos, seguida em 1989 pela falência e salvamento das caixas de poupança e de crédito, crise da bolsa de Tóquio e crise imobiliária japonesa em 1990, nova crise da dívida no México em 1995, crise dos países “emergentes” da Ásia em 1997 e contragolpe desta crise no Brasil, na Argentina e na Rússia.

A crise atual à luz da teoria marxista da moeda

Após uma retomada sustentada do curso das bolsas de 2003 a 2007, que impulsionou o índice Dow Jones a um nível superior de mais de 150% ao vazio atingido após o esvaziamento da bolha tecnológica, iniciava a potente crise financeira na qual nós nos encontramos hoje enrolados, a mais grave depois daquela de 1929. Com seu epicentro nos Estados Unidos, ela se propagou rapidamente no mundo inteiro, através da explosão de outra bolha, a imobiliária. Ela foi engendrada pelos meios mesmos que haviam favorecido para tirar a economia dos Estados Unidos da letargia consecutiva ao esvaziamento da bolha precedente: taxas de juros excepcionalmente baixas, acesso fácil à propriedade sem cuidados com os meios financeiros dos compradores e abertura de uma opaca arquitetura financeira fundada sobre uma hiper-exposição ao risco.

A origem da crise se encontra nas falências massivas dos empréstimos hipotecários a alto risco consentidos em grande escala a compradores de casas não saudáveis no curso dos anos precedentes.

Entre 1994 e 2003, nove milhões de casais estadunidenses locatários tornaram-se proprietários. Durante o mesmo período os empréstimos hipotecários de alto risco passaram de 35 bilhões a 332 bilhões de dólares - consequência da política aventureira e predadora de estabelecimentos de empréstimos sem escrúpulos nascidos da desregulamentação, que ofereceram hipotecas a termos tão vantajosos (período de reembolso de 40 anos, pagamento unicamente dos juros, taxas de juros muito baixas), que os mais desfavorecidos terminaram alimentando ilusões na compra de casas que ultrapassam largamente os seus meios. Melhor ainda, as baixas taxas de juros e a alta dos preços das propriedades, assim como, as pressões exercidas pelos corretores encorajaram uma atividade de financiamento de hipotecas sob a forma de margens de créditos hipotecários, destinados a aumentar o consumo corrente. A hipoteca tradicional foi assim trocada em grande escala por uma margem de crédito pessoal com garantia hipotecária.

A fórmula funcionou até que os preços imobiliários se mantiveram e que as taxas de juros permaneceram baixas. Porém, os preços das casas novas e aqueles do mercado da revenda desabaram a partir de 2006, de tal sorte que o valor comercial das casas caiu abaixo do valor do montante do empréstimo a renovar, e as taxas de juros aumentaram consideravelmente: a taxa de referência do Banco Central dos Estados Unidos (Federal Reserv Board ou FED), que foi da ordem de 1% entre 2004 e 2006, subiu rapidamente para 5,25% em 2006. Daí a ocorrência de um grande número de falências que levaram no final de 2007, à liquidação de algo como 2.000 bilhões de dólares de valor nos Estados Unidos. Em 2007, 1,3 milhões de casais perderam suas casas, sem contar a multidão de locatários despejados como consequência da falência de seus proprietários.

A crise imobiliária se transformou desde então em crise financeira, do fato de que os empréstimos hipotecários de alto risco foram massivamente reagrupados em subgrupos com outros créditos (créditos sobre cartões de créditos, empréstimo de arrendamento de automóveis, empréstimos outorgados às empresas e aos comerciantes, empréstimos pessoais) no seio dos novos títulos de curto prazo, “anexados” a esses ativos (“garantidos” por eles) e acomodados ao mercado que se arrebatava a partir de 2007 em razão das numerosas falências de empréstimos hipotecários. Nesse tipo de operação, os compradores de títulos assim incorporados a ativos, se viam transferidos pelo emissor, durante a duração do contrato, a um amálgama de créditos de diversos tipos, assim como ao risco que lhe é inerente, sob a média de um rendimento ligeiramente superior ao rendimento dos outros títulos do mercado monetário. Ao término do contrato, o comprador desses títulos espera recobrar sua aplicação, majorada dos juros, que ele pôde retirar ou reaplicar, segundo suas necessidades; o emissor, quanto a ele, deve dispor de liquidez necessária para recomprar seus títulos, assim como, novos compradores.

Esta operação é uma das múltiplas facetas da “titularização” (derivação generalizada de títulos), técnica vista como uma genial inovação dos criadores de montagens financeiras, que supõe garantir o sistema financeiro contra o risco de uma arquitetura financeira complexa que torna opaca a composição dos produtos sintéticos que resultam. Esses títulos conheceram um crescimento fulgurante passando de 400 a 2.500 bilhões de dólares, de 1995 ao início de 2008.⁷ Eles tornaram-se cada vez mais complexos com a criação de “títulos derivados de títulos” (*collateralized debt obligations*), quer dizer, reagrupamentos amalgamáticos de títulos diversos, resultados de um duplo processo de venda de títulos

⁷ Link by link, *The Economist*, Londres, 16 octobre 2008.

generalizada da qual a opacidade contribuiu amplamente para precipitar as dificuldades que se manifestaram a partir do verão de 2007. Com uma impressionante perspicácia, Marx descreveu esse processo 150 anos atrás: “à medida que se desenvolve o capital produtivo de juros e o sistema de créditos, todo o capital parece se desdobrar, e de passagem triplicar mesmo, graças as diversas formas a partir das quais um mesmo capital, ou simplesmente um mesmo crédito aparece em mãos diferentes, sob formas diferentes.”⁸

A derivação de títulos generalizada ocasionou um forte crescimento dos bancos comerciais: ela os “liberou” de obrigações de seu desenvolvimento a partir unicamente do crescimento de seus depósitos permitindo-lhes se alimentar de empréstimos a curto termo sobre o mercado e de rechaçar assim, fora de seu balanço seus empréstimos a longo prazo. Esse funcionamento, nas margens das regras internacionais estabelecidas desde 1988 em Bali referente à capitalização mínima dos bancos, lhes permitiram de aumentar o número de seus empréstimos a longo prazo e em contrapartida de se alimentar de maneira contínua de novos empréstimos a curto prazo, num processo que os expunha sempre e cada vez mais, ao risco das falências de seus devedores.

Para se proteger desses riscos, eles recorreram a esse novo instrumento que são os *credit default swaps*, títulos em virtude dos quais, a partir do pagamento médio de um prêmio, eles se asseguraram contra o risco de não pagamento dos devedores, em particular para os bancos dos Estados Unidos, junto ao gigante dos seguros, o *American International Group*. De um montante quase nulo em 2001, os *credit default swaps*, ou títulos de garantia contra a falência dos devedores, conheceram um crescimento

⁸ Karl MARX, *Le Capital*, Livre III, chapitre XXIX, Éditions sociales, Paris, 1970, tome VII, p. 132.

fenomenal para atingir o montante de 60.000 bilhões de dólares em 2007.⁹ De instrumentos de garantia de riscos, eles se transformaram em instrumentos de especulação, através de uma evolução que coloca ainda mais em evidência o caráter fictício do capital financeiro. No que concerne a qualidade da cobertura contra riscos, pode se julgar a partir da monumental falência do *American International Group* e de sua salvação pela nacionalização efetiva (pelo governo dos Estados Unidos através da aquisição de 80% do seu capital contra o provisionamento de 85 bilhões de dólares de fundos resgate) em setembro de 2008.

A pretensa garantia contra o risco que a derivação generalizada de títulos acreditava poder fornecer era fictícia como demonstrou a eclosão da crise no verão de 2007. Com medo do risco de falência dos empréstimos hipotecários de alto risco, os detentores mundiais de títulos anexados aos ativos, como os detentores de papel comercial (bilhetes dos tesouros a curtíssimo prazo) emitidos por sociedades financeiras, passaram a se abster de renová-los quando seus prazos se concluíam. A situação se agravou em razão da decisão de certos emissores de congelar seus títulos, recusando de recomprá-los quando expirados, por falta de liquidez para fazê-lo, porque se tornaram incapazes de encontrar novos compradores para eles.

A crise de liquidez assim criada se ampliou como consequência da desconfiança dos bancos que passaram a hesitar a conceder empréstimos uns aos outros procurando conservar sua liquidez por medo de que desaparecessem. Seguiu-se a isso uma escassez completa do crédito interbancário que constituiu uma ameaça direta sobre a economia real. Tal escassez viu-se como consequência do esgotamento das possibilidades de créditos ofertados às empresas e aos consumidores e à qual as autoridades monetárias

⁹ Link by link, *The Economist*, Londres, 16 octobre 2008.

de diversos países responderam através de medidas urgentes. À luz dessa evolução é possível medir toda a atualidade dos argumentos de Marx sobre a moeda:

Enquanto os pagamentos se compensem, ela funciona apenas de modo ideal, como moeda de conta e medida de valores. A partir do momento que os pagamentos devem se efetuar realmente, ela não se apresenta mais como simples meio de circulação, como forma transitória servindo de intermediário ao deslocamento dos produtos, mas ela intervém como encarnação individual do trabalho social, única realização do valor de troca, mercadoria absoluta.¹⁰

Em período de crise onde se produz uma contração ou uma desapareção total do crédito, o dinheiro aparece de repente absolutamente em face da mercadoria como meio de pagamento único e verdadeiro modo de existência do valor. Daí a depreciação generalizada das mercadorias a dificuldade e mesmo a impossibilidade de transformá-las em dinheiro.¹¹

É bom sublinhar que essa crise de liquidez aparece no momento em que o mundo se acha inundado de liquidez. No ponto de partida existe uma massa crescente de capital de empréstimo, portador de juros, que se acumula na esfera estritamente financeira e que drena seus lucros não reinvestidos na atividade produtiva de riquezas materiais. Esse capital tem num primeiro momento, nos finais dos anos 1960, uma reciclagem no mercado do eurodólar, do qual o centro se encontrava em Londres, encontrando depois seu espaço natural em escala planetária com a liberalização e a desregulamentação a partir dos anos 1980. Existe também uma quantidade enorme de capitais investidos nos fundos de pensão, assim como os capitais saídos da renda da qual se beneficiavam os países exportadores de recursos naturais, e em primeiro lugar o petróleo, e os capitais acumulados através dos grandes países exportadores de bens de consumo como a China.

¹⁰ Karl MARX, *Le Capital*, Livre I, chapitre III, Éditions sociales, Paris, 1970, tome I, p. 143.

¹¹ Karl MARX, *Le Capital*, Livre III, chapitre XXXII, Éditions sociales, Paris, 1970, tome VII, p. 177.

Assim, nas últimas décadas ocorreu um forte crescimento das reservas de câmbio de países como o Japão, a China, a Rússia e os países exportadores de petróleo. Viu-se o nascimento dos “fundos soberanos” desses países cuja função é a de dar lucratividade a esses capitais. Eles atingiram o montante de 2.800 bilhões de dólares nos finais de 2007. Ironia da sorte, foram esses fundos soberanos que, no período precedente à verdadeira eclosão da crise, vieram em salvaguarda dos bancos atingidos duramente pela crise de liquidez conectada aos empréstimos hipotecários de risco elevado.

A título de exemplo, o maior banco do mundo, a Citigroup, forçada de excluir ativos de empréstimos da ordem de 20 bilhões de dólares em razão de sua imprudente superexposição aos empréstimos hipotecários de risco, foi socorrido no início de 2008 pelos fundos soberanos de Cingapura, do Kuwait e de Abou Dhabi. Ainda no início de 2008, o banco de negócios Merrill Lynch, antes de sua falência e de sua compra pelo Bank of América, foi re-capitalizado de um montante de 5 bilhões de dólares de fundos de Cingapura, do Kuwait, da Coreia e do Japão. Morgan Stanley de seu lado foi socorrido pelo China Investment Corporation, quando a União dos Bancos Suíços se beneficiou de 11 bilhões de dólares de um fundo de Cingapura.

Ouro, valor refúgio

Fazemos a mesma constatação da atualidade das análises de Marx quando vemos o preço do ouro empurrado aos picos históricos por medos em consideração a comportamento da economia da depreciação do dólar e da alta do preço do petróleo. Ouro, encarnação universal do valor, como o designava Marx, volta a ser como em toda a crise, o valor refúgio tradicional. Sabemos que a ruptura da ligação com o ouro, reclamada nos 1940 por Keynes, que considerava o ouro como uma “reliquia

bárbara”, foi provocada em 1971, pelos Estados Unidos, cuja recusa de converter os dólares em ouro conduziu ao desabamento do sistema monetário internacional colocado em funcionamento em Bretton Woods em 1944, em virtude do qual, as paridades fixas eram estabelecidas entre as moedas que se achavam todas convertíveis em ouro ao preço fixo de 35 dólares dos Estados Unidos por uma onça de ouro.

Oficialmente rejeitada como referência oficial em 1971, o ouro não deixou de continuar a ter, nem um pouco, um papel de valor refúgio, flutuando em sentido inverso do dólar ao sabor das crises econômicas e da situação política. Menos de 10 anos mais tarde, em janeiro de 1980, seu preço alcançava os 845 dólares por onça, ou seja, o equivalente de mais de 2.000 dólares por onça em preços de hoje. Após haver sensivelmente diminuído mais tarde, se erige a 1.030 dólares por onça em março de 2008 e depois, em seguida, caía para 735 dólares no final de outubro de 2008.

Um sistema contaminado pela hipertrofia da finança

Para tentar evitar a catástrofe como consequência do desmoronamento de importantes pilares do setor financeiro em escala mundial, viu-se os poderes públicos do conjunto dos países intervirem massivamente através de diversas operações de resgate, como por exemplo, através da re aquisição de títulos “intoxicados” ou “doentes”, títulos do mercado monetário, papel comercializável das empresas, de ações dos regimes de aposentadoria, a nacionalização de bancos, de seguradoras, etc., a constituição de enormes quantidades de liquidez para os bancos centrais e a baixa das taxas de juro. Tais medidas não tiveram efeito sobre os mercados das bolsas que seguiram tentando reencontrar seus equilíbrios, no final de outubro de 2008, nos níveis anteriores a 2003, quando ao mesmo tempo a crise financeira se

propagava para o interior da economia real, em função da qual foi necessário constatar que mergulhava numa severa recessão mundial.

Para julgar o estado da situação, é preciso destacar que a economia mundial sofre de uma grave epidemia sistêmica que é o resultado de trinta anos de neoliberalismo, a saber, a hipertrofia de seu setor financeiro, lugar natural da propagação do capital fictício, da especulação, procura através de meios duvidosos do rendimento máximo a curto prazo, da manipulação e da fraude. De 5,2% em 1980, a parte do setor financeiro na capitalização das bolsas atingiu 23,5% em 2007 nos Estados Unidos.¹² À escala mundial, o valor dos produtos derivados de todas as espécies atingia no mesmo período entre 300.000 e 500.000 bilhões de dólares, comparativamente a um valor dos mercados das bolsas e debenturistas de 100.000 bilhões e PIB mundial de 50.000 bilhões.¹³

Isso demonstra que a maior parte do capital se encontra investida em operações que têm pouco a ver com a economia real, operações cujo valor flutua segundo as vontades de movimentos especulativos e cujo montante é jogado aos cimões mais altos através dos efeitos de alavanca dando lugar a um endividamento da ordem de 40 dólares por dólar investido. A importância principal do desenvolvimento do mercado de crédito fora do sistema bancário regulamentado, com consequência do lugar ocupado crescentemente pelos fundos especulativos (*hedge funds*) e pelos fundos de capitais privados não cotados na bolsa (*private equity funds*), contribuiu amplamente para seu desajuste e para alimentar as dúvidas as mais sérias em relação de sua nova configuração. “Na verdade, os

¹² “Link by link”, *The Economist*, Londres, 16 outubro 2008.

¹³ Claude CHIASSON, L'argent papier ne vaut plus grand chose, *Le Devoir*, Montréal, 21 outubro 2008.

acontecimentos de hoje são tão dramáticos que incitam muitos a colocar em causa a arquitetura completa dos mercados de capitais que surgiu no curso da última década. (...) Como diz George Soros, o legendário gerente de fundos especulativos: 'não é uma crise normal, mas o fim de uma época'.¹⁴

O pânico dos fundos especulativos pressionados para liquidar os ativos que subiam a 1.800 bilhões de dólares no começo da crise intensificou significativamente o movimento de queda dos cursos das bolsas no outono de 2008.

O apelo desesperado a um "novo Bretton Woods"

Abalados por uma marcha ao afundamento da economia mundial como consequência das políticas que eles aplicaram, os Chefes de Estado e de governos e os dirigentes dos organismos internacionais se agitam febrilmente na busca de uma saída. Falam de uma necessária reforma do capitalismo mundial, de um "novo Bretton Woods", etc. Contudo como imaginar que um consenso possa se realizar sobre tais objetivos enquanto que os interesses individuais particulares dos diferentes países permanecem o fundamento do sistema?

Já que se levantou a hipótese o "novo Bretton Woods", lembremos que a conferência de Bretton Woods em 1944 no New Hampshire nos Estados Unidos, reuniu os países vencedores da Segunda Guerra Mundial com o fim de criar um novo sistema monetário internacional. Foram apresentados dois projetos: o plano Keynes (do nome de seu autor, o economista britânico John Maynard Keynes) apoiado pela Grã-

¹⁴ Ins and outs of the ups and downs, *Financial Times*, Londres, 25 janvier 2008.

Bretanha, e o plano White (do nome seu autor, Harry White, economista do Tesouro dos Estados Unidos) e evidentemente apoiado por estes.

O plano Keynes propunha a criação, acima das moedas nacionais, de uma moeda internacional chamada o "bancor" cuja emissão se regularia por uma autoridade monetária supranacional, um banco mundial ou banco central dos bancos centrais, que passaria a ser, de alguma forma o pivô de um futuro Governo econômico do mundo. Previa também um controle mundial dos preços e dos estoques de matérias-primas. A autoridade monetária prevista pelo plano Keynes desempenharia o papel de uma "União internacional de clearing"¹⁵, isto é, de uma câmara de compensação dos pagamentos internacionais. Por outra parte se utilizaria de importantes poderes supranacionais pela sua capacidade de emissão de moeda e concessão de créditos. Desempenhando na escala mundial um papel equivalente ao que tem todo banco central nacional dentro de seu país, ela emitiria a moeda mundial, receberia depósitos, responderia às demandas de crédito proporcionando à economia mundial a liquidez necessária para os intercâmbios entre os países.

Ter-se-ia inscrito um excedente da balança de pagamentos em forma de um crédito nas libras da União de clearing; um déficit se teria inscrito sob forma de um débito (passivo). Contrariamente ao funcionamento de todo sistema bancário, no entanto, a União de clearing teria exigido o pagamento de juros não só sobre as contas deficitárias, mas também sobre as contas superavitárias, reconhecendo a responsabilidade conjunta dos países deficitários e dos países superavitários para a existência de um desequilíbrio e a divisão necessária de seus esforços com o fim de eliminar os excedentes de uns que são

¹⁵ Palavra inglesa que em finanças significa pagamento através de compensação de operações comerciais ou financeiras entre bancos. (N. do T.)

os déficits simultaneamente dos outros. Excedentes e déficits eram vistos como não devendo superar certos limites além dos quais correções deveriam ser impostas e dentre elas a reavaliação para os países superavitários e a desvalorização para os países deficitários.

Do ponto de vista dos regulamentos internacionais, o “bancor” devia, pois desempenhar o papel de reserva, função desempenhada antes pelo ouro no regime de padrão-ouro, depois pela libra esterlina e o dólar junto ao ouro no regime do padrão câmbio-ouro em vigor entre as duas Guerras Mundiais. O “bancor” foi concebido como uma simples unidade de conta. Ele teria sido definido em unidades de ouro, mas não conversível em ouro, contrariamente aos suplementos do ouro que foram antes a libra e o dólar. Ele foi concebido como uma moeda internacional a curso forçado.

A adoção do plano Keynes teria exigido de cada país que aceitasse ver sua moeda submetida a uma moeda internacional sob a direção de um banco central supranacional. Sem dúvida os Estados Unidos não estavam dispostos a aceitar tal sistema. Sua potência econômica e militar hegemônica ao sair da guerra impuseram, por conseguinte, o plano White que deu lugar ao sistema Bretton Woods. Neste sistema, a moeda nacional dos Estados Unidos, o dólar, iria desempenhar o papel de moeda internacional. Tal instituição que passou a se chamar Fundo Monetário Internacional (FMI), foi instituída para promover o funcionamento do sistema. Esta instituição não tem nada do banco central supranacional que propunha Keynes. A instituição que iria desempenhar o papel de emissão de moeda “internacional”, neste segundo plano, deveria ser o Banco Central dos Estados Unidos, o Federal Reserve System.

Qual é a via da saída?

Podemos imaginar que um debate deste tipo seja retomado hoje e que possamos alcançar reais resultados, numa situação onde os desequilíbrios dos intercâmbios internacionais tenham atingido os picos mais altos e onde os gigantescos déficits dos Estados Unidos são financiados pela superabundante liquidez formuladas principalmente em dólares que circulam através do mundo, alimentadas pelos excedentes comerciais dos países exportadores de recursos e dos novos países industriais da Ásia, por taxas de câmbio subavaliadas e por uma quantidade fenomenal de capital fictício religados aos produtos derivados, cuja origem longínqua se encontra no abandono em 1971 do regime das paridades fixas entre as moedas? Podemos imaginar que países profundamente ancorados em um espírito de concorrência e motivados pela exclusiva defesa de seus interesses próprios, particularmente os mais potentes, dentre eles, possam seriamente se engajar em um processo cuja finalidade seria de colocar em marcha verdadeiras formas de cooperação que significariam o abandono de alavancas chave de seu desenvolvimento autônomo, assim que uma purga severa absolutamente necessária deste setor financeiro de mais a mais parasitário que mantém em um perigo permanente uma economia real submetida a sua própria sorte? Colocar estas questões não é respondê-las ao mesmo tempo?

Contrariamente vimos se deflagrar através do mundo um engajamento comum espontâneo dos governos e dos bancos centrais em favor de medidas de urgência destinadas a resgatar seus sistemas financeiros nacionais. Jurando ainda ontem através dos mercados eles intervieram massivamente a golpe de milhões de bilhões de dólares de fundos públicos notadamente para adquirir através de uma base temporária uma parte do capital dos grandes bancos, de companhias seguradoras e de outros estabelecimentos privados, o tempo de assegurar a salvação por conta das coletividades e de estabelecer

as bases de um retorno integral à iniciativa privada rentável, como consequência da anarquia que se acha no fundamento e às crises a vir que não poderão deixar de ser a consequência.

Se esta intervenção do Estado, não tem nada da “socialização” que alguns quiseram ver, ela coloca claramente em evidência o impasse ao qual este sistema leva quando se acha largado a si mesmo e a obrigação que se impõe a ele de buscar uma via de saída desse impasse fora de suas próprias estruturas, quer dizer, no exterior do quadro da iniciativa privada. A crise maior atual coloca eminentemente em relevo, como diria Marx, os limites do sistema e a incompatibilidade, entre o caráter de mais à mais social dos meios de produção e o caráter de mais a mais privado e concentrado de sua propriedade. Uma incompatibilidade que designa a necessidade de ser expropriada pela coletividade e apropriada pela planificação democrática como bens públicos dotados de uma missão de serviço público, mas que mostra também e dramaticamente, o grau atual de despolitização produzido por trinta anos de neoliberalismo e de despreparo da população trabalhadora chamada a enfrentar esse desafio. Daí a urgência de se obstinar a tal tarefa.

Obama, demiurgo?

Ainda que carregando tanta esperança como ela foi, a eleição de Barak Obama à Presidência dos Estados Unidos poderia ser vista como abrindo a perspectiva real de modificações profundas? Seria necessário ser bem otimista para responder a essa questão de forma afirmativa. Julgando pelos fatos, não esqueçamos que Obama recebeu o apoio de personalidades como os antigos membros de setores muito próximos de George Bush como o ex-secretário de Estado para a Defesa Colin Powell e o ex-secretário ao Tesouro Paul O’Neill, do financista bilionário Warren Buffett, do antigo diretor da Reserva

Federal Paul Volcker, da maioria dos grandes cotidianos estado-unidenses e de jornais do mundo da finança, como The Economist, que ele recebeu um apoio financeiro maior de empresas de primeira importância como Goldman Sachs e da Citigroup no campo financeiro, assim como de grandes empresas de setores chave da economia. Podemos pensar que esses pilares da economia capitalista não lhes deram um cheque em branco e que eles esperam a volta do elevador. Podemos pensar também que eles não deram inocentemente seu apoio sem a certeza de poder tirar os benefícios esperados.

Comentando tais acontecimentos, o célebre defensor dos direitos dos consumidores, Ralph Nader declarou: “Barak Obama aglutinou muito mais dinheiro que John McCain na Wall Street, junto às grandes empresas e a questão que deve ser colocada é esta: por que essa gente investe tanto em Barak Obama? Porque eles pensam que ele é o homem deles; portanto preparem-se para a decepção.”¹⁶

Nader não foi menos gentil em relação a decisão de Obama de designar Ralph Emmanuel como Chefe de Gabinete da Casa Branca, que definiu como “um reacionário, um democrata de direita (...) e um militarista duro que apóia a repressão do povo palestino por Israel.”¹⁷ Vez que Obama se apresentou durante toda a campanha eleitoral como “o homem da mudança”, John Pilger, autor do documentário *A guerra contra a democracia*, lhe apresenta como “um homem do sistema”: Não tinha praticamente nenhuma diferença entre John McCain e Barak Obama durante a campanha eleitoral no que concerne à

¹⁶ Cité par Marie-Christine Bonzom, « Après l’euphorie de mardi », Le Devoir, Montréal, 8-9 novembre 2008.

¹⁷ Idem.

política estrangeira. Na verdade, Obama foi mais longe: ele declarou mesmo Jerusalém capital de Israel, ele ameaçou a América Latina e pareceu às vezes, ir mais longe que Bush.¹⁸

Também não esqueçamos muito menos que no plano econômico, como Senador de Illinois, Obama votou em favor do plano Paulson de salvamento do setor bancário de 700 bilhões de dólares, mas que ele não colocou antecipadamente nenhuma proposição de fundo para resolver na raiz a crise financeira, nem de verdadeiros meios para ajudar os milhões de pessoas tocadas pelas perdas de emprego, despejadas de suas antigas casas e os prejuízos sofridos por seus fundos de aposentadoria com conseqüência das quedas dos cursos das bolsas de valores. Uma situação que se agrava dia após dia, vez que a crise financeira se propaga com muita potência à economia real e que os gigantes da indústria acuados pelas falências, como os grandes dos automóveis, fazem também pedidos de socorro ao Estado.

Não é necessário ser adivinho para prever que um inevitável choque se acha destinado a se produzir entre as expectativas da população e as políticas futuras daquele que será visto ainda, por certo tempo, como um demiurgo.

7 - 8 de novembro (aniversário da Revolução Bolchevique)

¹⁸ Idem.